



MANUAL TÉCNICO DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS
VOLUME III
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
REVISÃO 2008

SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES

1 ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

O conteúdo desse demonstrativo foi revisto, objetivando firmar as interpretações conceituais propostas pela STN, conforme as decisões técnicas dos Grupos Técnicos de procedimentos contábeis e de padronização de relatórios. Nesse contexto, as seguintes alterações foram executadas:

- a) Inclusão da ressalva de que o Demonstrativo da Despesa com Pessoal deve ser parte integrante do RGF de cada um dos Poderes e órgãos com autonomia administrativo-orçamentário-financeira, conferida na forma da Constituição;
- b) Definição e conceituação das rubricas que fazem parte do cômputo das despesas com pessoal e definição dos entes da Federação que devem preencher o demonstrativo da despesa com pessoal;
- c) Conceituação do que é Empresa estatal dependente à luz da LRF e resolução do Senado Federal;
- d) Inclusão das despesas pagas com pessoal por meio de alguns elementos de despesa do Grupo de Natureza de Despesa “Outras Despesas Correntes”;
- e) Descrição das Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização;
- f) Ampliação e detalhamento de diversos conceitos relacionados à mão-de-obra terceirizada;
- g) Reafirmação de que o conceito de despesa com pessoal não depende da natureza do vínculo empregatício, tampouco da avaliação jurídica sobre a legalidade ou não da contratação;
- h) Ratificação das despesas que não poderão ser excluídas do cálculo;
- i) Especificação de que o RPPS deverá manter registros separados para cada um dos Poderes;
- j) Reafirmação de que as despesas com pessoal deve considerar o exercício da liquidação ou da inscrição em restos a pagar para o período de apuração;
- k) Ratificação da natureza da despesa bruta com pessoal e sua composição;
- l) Detalhamento das despesas de natureza assistencial;



- m) Detalhamento das despesas com sentenças judiciais a serem consideradas, incluindo precatórios;
- n) Inclusão do elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas no cômputo da despesa com inativos e pensionistas.
- o) Ratificação da exclusão das espécies remuneratórias do cálculo da despesa com pessoal.
- p) Revisão do procedimento a ser adotado para pessoal requisitado.
- q) Inclusão dos elementos de despesa 05 – Benefícios Previdenciários e Auxílio-reclusão (elemento a ser criado) no cômputo dos gastos com inativos e pensionistas;
- r) Inclusão de ressalva acerca da necessidade de adequação às normas gerais de previdência, independente da natureza jurídica do RPPS
- s) Definição do tratamento a ser dado ao serviço de limpeza urbana, diante da terceirização;
- t) Classificação das despesas com empresas de consultoria em geral;
- u) Ratificação do entendimento de que indenização de férias não gozadas por servidor em exercício configura espécie remuneratória;
- v) Definição do tratamento a ser dado em caso de dificuldade operacional para determinação da competência de sentenças judiciais;
- w) Esclarecimento acerca dos benefícios previdenciários, inclusive auxílio-reclusão;
- x) Exclusão, em Particularidades da União, da metodologia de pesquisa, por meio do SIAFI Gerencial, das informações necessárias à elaboração do demonstrativo;
- y) Ratificação de que os demonstrativos da União relativos às despesas com pessoal no Distrito Federal e nos Estados do Amapá e Roraima diz respeito a recursos da União, eliminando-se textos que possam gerar dúvidas;
- z) Reafirmação de que a dedução relativa à convocação extraordinária do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas, da Câmara Legislativa ou das Câmaras Municipais não mais se aplica ao demonstrativo.

2 ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Alteração do título dos quadros de cálculo da dívida consolidada líquida fiscal e previdenciária e inclusão da ressalva de que deverão ser registrados os valores referentes à dívida fiscal, excetuando-se os valores da dívida previdenciária, os quais deverão ser registrados em quadro específico.



Nas Particularidades da União, foram retiradas as instruções repetidas sobre o preenchimento das tabelas das dívidas previdenciárias e foi incluído um parágrafo para ratificar que a União deverá continuar apresentando o cálculo da dívida consolidada líquida do Regime Geral de Previdência Social, do Regime Próprio de Previdência Social – Pessoal Civil e do Regime Próprio de Previdência Social – Pessoal Militar, baseada nas informações gerais do demonstrativo.

3 ANEXO III - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

A União passa a informar, nos campos correspondentes, o limite para garantias de 60% da RCL, conforme determinado por Resolução do Senado Federal.

4 ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O presente demonstrativo foi inteiramente reformulado com a finalidade de tornar possível a correta identificação das operações de créditos realizadas pelos entes federados, conforme sua relevância à luz da legislação fiscal em vigor.

A presente reformulação é resultado de entendimento consensual obtido no âmbito dos Grupos Técnicos de Padronização de Relatórios e de Procedimentos Contábeis, e do PROMOEX.

O conceito de operação de crédito foi abordado de forma detalhada nessa nova versão. Em especial, buscou-se criar aberturas específicas no demonstrativo para cada espécie de operação de crédito definida na LRF e nas Resoluções nº 40 e 43, ambas de 2001 e 48, de 2007, todas do Senado Federal. Essas medidas objetivam tornar os demonstrativos a serem publicados mais coerentes com a legislação em vigor, além de minimizar a ausência de registros nos demonstrativos de diversos tipos de operações de crédito efetivamente realizadas.

Enfatizou-se que entre as características comuns aos diferentes tipos de operações de crédito destacam-se:

- o fato de envolverem sempre o reconhecimento, por parte do setor público, de um passivo real ou potencial que equivale a um aumento do endividamento público com reflexos para o montante da dívida consolidada do ente;
- a assunção de risco de não adimplemento de obrigações que, em geral, materializa-se na forma de cobrança de juros explícitos ou implícitos, deságio e demais encargos financeiros, os quais se somarão ao valor original da dívida; e
- o diferimento no tempo, uma vez que, em regra, as operações de crédito envolvem o recebimento de recursos financeiros, bens, ou prestação de serviços, os quais terão como contrapartida a incorporação de uma dívida a ser quitada em momento futuro.

Inclusão dos conceitos de ente federativo, empresa dependente e empresa controlada, conforme definido pela LRF.

Inclusão das novas Resoluções do Senado que dispõem sobre operações de crédito e alteram as Resoluções nº40 e 43.



Inclusão do conceito de novação de dívida e de aditamento de contratos.

As operações de crédito passam a ser demonstradas pelo seu valor de realização no quadrimestre de referência e até o quadrimestre de referência.

Divisão do demonstrativo em três grandes blocos: operações sujeitas aos limites legais para fins de contratação, operações não-sujeitas aos limites legais para fins de contratação, além de um quadro específico destinado à apuração do cumprimento dos limites legais. Nesse sentido, o demonstrativo não apresentará mais uma tabela à parte para identificar as operações não sujeitas ao limite para fins de contratação, como era sugerido no item Particularidades da versão anterior.

Foi dado destaque aos diferentes tipos de operações de crédito conceituados na LRF, art. 29, III.

Foi criada linha específica para o registro do reconhecimento, da assunção e da confissão de dívidas, equiparados a operações de crédito por força do parágrafo único do artigo 29 da LRF.

No quadro destinado à apuração do cumprimento dos limites, conforme procedimento adotado quando da análise dos pleitos de operações de crédito pela Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios – COPEM, foram criadas duas linhas totalizadoras: uma destinada à aferição do cumprimento dos limites e outra, de caráter meramente informativo, evidenciando o total das operações realizadas pelo ente para fins de novas contratações.

A apuração do cumprimento dos limites passa a ser demonstrada de modo coerente com as disposições da LRF e das Resoluções do Senado Federal. Nesse sentido, são consideradas para fins dos limites:

- Operações descritas no art. 29, III da LRF, apresentadas no demonstrativo como detalhamentos da linha “SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)”.
- Operações de assunção, reconhecimento e confissão de dívidas, equiparadas a operações de crédito por força do art. 29, § 1º da LRF.

Foi dado destaque às operações de crédito que poderão ser contratadas, uma vez atendidos os demais requisitos para contratação, independentemente de o ente da Federação ter ultrapassado o limite anual estabelecido por Resolução do Senado Federal para a contratação de operações de crédito. Tais operações são demonstradas como detalhamentos da linha “NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)”

Destacou-se que a contratação dessas operações resulta, contudo, na incorporação de passivos por parte do ente contratante com conseqüente impacto em sua capacidade de pagamento. Nesse sentido, em consonância com as práticas de responsabilidade na gestão fiscal e, em especial, com o disposto no §1º do art. 1º da LRF, o valor contratado em operações dessa natureza será considerado em conjunto com as demais operações de crédito já contratadas pelo ente para fins de futuras autorizações pelo Ministério da Fazenda de outros tipos de operação de crédito a serem contratadas no exercício financeiro.



No caso específico da União, do quadro “Apuração do Cumprimento dos Limites” constará, para fins meramente informativos, a linha “Refinanciamento do Principal de Dívidas”. Por determinação da Resolução 48, de 2007, do Senado Federal, na autorização dessas operações, não são considerados os limites gerais impostos para a realização de operações de crédito.

Destacou-se que não é necessária autorização prévia do Ministério da Fazenda para que parcelamentos de tributos, contribuições sociais e FGTS sejam realizados, uma vez que esses parcelamentos são disciplinados por legislação específica. Contudo, deverão ser enviadas, ao Ministério da Fazenda, as informações relativas a essas operações, nos termos do art. 26 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Ressaltou-se que não são consideradas operações de crédito as incorporações de passivos decorrentes de precatórios judiciais, as quais, no entanto, integrarão a dívida consolidada nos termos definidos no Manual do RGF, Anexo II – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.

Foi definido que não é considerada operação de crédito o pagamento parcelado que atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

- Dotação orçamentária suficiente para atender as despesas correspondentes a todas as parcelas;
- Não comprometimento dos créditos orçamentários de exercícios futuros; e
- Manutenção do montante da obrigação a pagar, ou seja, sem a cobrança de juros explícitos ou implícitos, deságio e ou quaisquer outros encargos financeiros como condição para que o parcelamento seja realizado.

Por fim, foi excluída, em Particularidades da União, a metodologia de pesquisa, por meio do SIAFI Gerencial, das informações necessárias à elaboração do demonstrativo

5 ANEXO V - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

Inclusão da rubrica para registro dos Restos a Pagar Não-processados de Exercícios Anteriores, visto que a legislação que determina a sua prescrição ao final do exercício subsequente à sua inscrição se aplica exclusivamente à União, a qual, nos últimos anos, vem editando decretos de prorrogação da validade desses restos a pagar.

Exclusão, em Particularidades da União, da metodologia de pesquisa, por meio do SIAFI Gerencial, das informações necessárias à elaboração do demonstrativo

6 ANEXO VI - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

Exclusão, em Particularidades da União, da metodologia de pesquisa, por meio do SIAFI Gerencial, das informações necessárias à elaboração do demonstrativo

7 ANEXO VII - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (ANTIGO DEMONSTRATIVO DOS LIMITES)



Alteração do nome do demonstrativo para adequação aos termos da LRF. O nome anterior, Demonstrativo dos Limites, induzia à interpretação de que há limites na LRF para a inscrição em Restos a Pagar Não-processados. O objetivo desse demonstrativo é resumir as informações divulgadas no Relatório de Gestão Fiscal.